

CIBERFEMINISMO NEGRO: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO¹

Waldelio Pinheiro do Nascimento Júnior

Universidade Federal da Paraíba, juniorpinheiro@ymail.com

Resumo: Os novos movimentos sociais, surgidos na segunda metade do século XX, trouxeram à cena novas identidades minoritárias e ampliaram os campos de atuação e a pauta de reivindicação dos grupos sociais. Além disso, promoveu diálogos entre os vários movimentos e seus segmentos, reconhecendo a existência de pontos convergentes em diversas frentes e nuances, em meio às identidades antes consideradas fixas, possibilitando o entendimento acerca da ideia de interseccionalidade e abrindo portas para novas ações e bandeiras. Ainda, os novos movimentos passaram a fazer uso mais recorrente dos dispositivos midiáticos, como forma de ampliar o alcance de suas ações de conscientização, formação e mobilização, dando origem ao que se denomina comunicação contra-hegemônica ou mídia radical – formas populares de comunicação voltadas às práticas ativistas contestatórias e reivindicatórias. No contexto atual, em tempos de cibercultura, a partir das relações entre os novos movimentos sociais e a mídia radical, desponta o ciberativismo, forma de mobilização social que se vale das redes sociais e das ferramentas digitais para difundir sua ideologia, bem como para organizar ações e divulgar sua pauta de lutas. Em tal conjuntura, o ciberfeminismo vem ganhando destaque devido às diversas frentes de atuação no ciberespaço, onde grupos identitários e interseccionais veiculam conteúdos informativos e opinativos, promovem discussões e incentivam o desenvolvimento do pensamento crítico, a fim de combater preconceitos e violências e educar para uma sociedade mais humana e igualitária. Este artigo desenvolveu um estudo exploratório, de caráter introdutório e cunho descritivo, o qual recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, balizada por uma abordagem dialética.

Palavras-chave: Ciberativismo, Feminismo, Educação, Mídia Radical, Interseccionalidade.

Introdução

Em meados do século XX, diversas transformações ocorreram, nos campos político, social e cultural, em diferentes partes do mundo. As crises econômicas da primeira metade do século, aliadas às duas grandes guerras e o conflito em curso no Vietnã suscitaram um sentimento de descontentamento na sociedade, provocando ondas de questionamento às ordens moral, monetária e política vigentes. Nesse contexto, despontaram vários movimentos reivindicatórios, muitos dos quais nascidos a partir das pautas de luta de grupos humanos que não se sentiam representados no cenário sociopolítico de então, nem mesmo pelos partidos e sindicatos existentes, e que passaram a exigir direitos e espaços de expressão.

Esses novos movimentos sociais deram visibilidade a uma gama de identidades distintas, muitas surgidas ou reconhecidas a partir de então, além de ampliar as pautas de

¹ Artigo desenvolvido durante a disciplina Tópicos em Estudos Culturais da Educação – Estudos de Gênero e Feminismos: Contribuições para a Educação, ministrada pelas Profa. Dra. Maria Eulina P. de Carvalho e Profa. Dra. Jeane Felix, no Programa de Pós-graduação em Educação, PPGE – UFPB.

mobilização e lutas dos movimentos tradicionais. Ainda, os NMS reconheceram a existência de diversas frentes e nuances, em meio aos grupos minoritários, além de possíveis intercruzamentos entre os fatores de risco, levando ao entendimento do conceito de interseccionalidade.

Outro atributo dos movimentos advindos a partir dos anos 1960 é o uso das mídias como meios de mobilização, conscientização e formação, úteis na sensibilização de diversos públicos acerca de suas causas. Em tempos de cibercultura, desponta o ciberativismo: ações e práticas de mobilização social que se valem das redes sociais e das ferramentas digitais para difundir suas ideologias, bem como para organizar atos e divulgar pautas reivindicatórias.

Na contemporaneidade, também o feminismo se reinventou, adequando-se às novas realidades de um mundo cada vez mais globalizado, plural e midiático e incorporando novas bandeiras e práticas. Nessa nova onda do movimento feminista, a partir da relação afirmativa entre mulheres e máquinas, desponta o ciberfeminismo, um tipo de ciberativismo, focado em questões de gênero e empoderamento feminino, que se vale das redes sociais e diversas outras ferramentas digitais do mundo virtual para exercer sua liberdade de expressão, bem como para sensibilizar, mobilizar, difundir ideologias, organizar ações práticas e reafirmar suas identidades e o direito à diversidade e à equidade.

Os produtos midiáticos e informacionais produzidos pelos vários coletivos e instituições feministas apresentam-se como ferramentas importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico, sendo úteis no combate aos preconceitos e violências de gênero.

Este artigo é um estudo exploratório, de caráter introdutório e cunho descritivo, o qual recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, balizada por uma abordagem dialética, e cujo objetivo principal é apontar as possibilidades do uso do ciberfeminismo nos processos educativos para uma sociedade mais humana e igualitária.

Mídia radical e ciberativismo

Dentre as várias formas de participação social e política, destacam-se os movimentos sociais, os quais constituem uma das expressões mais dinâmicas e participativas de resistência, se comparados com instituições mais estáveis e duradouras, como sindicatos e partidos. Anthony Giddens (2012) define tais movimentos como tentativas coletivas de promover interesses de certos grupos ou classes e de garantir um objetivo comum fora do

campo das instituições oficiais.

Historicamente, desde o fim da idade média, diversos grupos têm se organizado em movimentos reivindicatórios de cunho político, econômico, religioso ou social. Entretanto, para a Sociologia, os movimentos sociais modernos despontam num contexto bem mais recente, após a revolução industrial, principalmente por conta das causas operária e sufragista.

O chamado período de contracultura, compreendido entre os anos 1960 e 1970, foi uma fase de intensos questionamentos e reivindicações, em diversos âmbitos e frentes, em várias partes ao redor do mundo. Essas duas décadas presenciaram uma explosão de movimentos sociais, principalmente os ligados às lutas estudantis e feministas, além de ativismos em prol dos direitos humanos. Estes movimentos foram ampliados, nos anos seguintes, alcançando novas causas, como as lutas em prol dos direitos das minorias identitárias, ou ainda o ativismo antinuclear, ecológico e animal.

Esses movimentos sociais, surgidos na segunda metade do século XX, são denominados de Novos Movimentos Sociais, não apenas por se tratar de um fenômeno contemporâneo, mas por uma série de fatores que os diferenciam dos anteriores como, por exemplo, a introdução de novas questões nos sistemas políticos, ampliando as bandeiras de luta e a pauta de reivindicações. Ainda, esses movimentos adotam novas formas de organização, menos rígidas e sem uma liderança única, assemelhando-se mais a uma rede livre, com muitos articuladores, que a uma instituição burocrática e vertical.

A rejeição pela burocracia não é o único grande diferencial. De acordo com Giddens (2012), os NMS adotam novos repertórios de ação, com uso de atos diretos, simbólicos e não violentos, praticando, no presente, as mudanças futuras que gostariam de ver na sociedade. Outra distinção diz respeito ao público. Enquanto os movimentos tradicionais envolviam apenas a classe trabalhadora, os movimentos contemporâneos abarcam novas bases sociais, advindas, em grande parte, da nova classe média, incluindo estudantes, jovens e adolescentes.

Em tempo, enquanto os movimentos tradicionais buscavam obter direitos econômicos específicos ou pressionar os governos a tomar iniciativas políticas em benefício de seus grupos de interesse, os NMS não se prendem apenas a resultados materiais. Em vez disso, visam objetivos que possuem uma relação muito mais próxima com o senso de identidade pessoal, em interação com a cultura de determinado grupo ou classe. Por exemplo, a dimensão de conscientização dos movimentos feministas, onde o que mais importa é a reafirmação e empoderamento da identidade coletiva (DOWNING, 2004).

Embora não seja novidade o uso dos meios de comunicação por movimentos sociais

– haja vista a grande quantidade de jornais abolicionistas, sindicais, sufragistas e feministas que se conhece – os NMS fazem grande uso dos meios de comunicação eletrônicos e/ou digitais, como instrumentos de mobilização, registro e organização de ações. John Downing (2004) chama de mídia radical a todo meio comunicacional contra-hegemônico que pode ocasionar ou ser ocasionado pela ascensão desses movimentos, e que mantém uma relação de forte interdependência dialética com os mesmos.

Os NMS se valem da mídia radical, produzindo conteúdos, filmando suas mobilizações e exibindo suas imagens em diversos ambientes, principalmente na internet, a fim de divulgar suas ações, sensibilizar e atrair apoiadores e adeptos. Eles também utilizam suas ferramentas para organizar campanhas e difundir perspectivas diversas sobre política e economia que incentivem as pessoas comuns a se empoderarem para participar.

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e dos defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas. O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques (CASTELLS, 2003, p.114).

Entretanto, um dos pontos mais fortes da mobilização social, na era da informação, é a possibilidade de uma organização em forma de redes solidárias, locais e globais, capazes de superar barreiras espaciais e geográficas, reacendendo ideais comunitários.

Duas características fundamentais norteiam a organização dessas comunidades, nos espaços virtuais. A primeira diz respeito à comunicação livre e horizontal, a possibilidade de uma livre expressão global, mesmo numa era dominada por conglomerados midiáticos ou burocracias governamentais censoras. A outra é a formação autônoma das redes. Qualquer pessoa pode encontrar seu espaço no universo virtual e, caso não o encontre, conta com a possibilidade de criar e divulgar sua própria informação, construindo significados e induzindo a formação de uma nova rede (CASTELLS, 2003).

Apesar do importante papel da comunicação popular e dos meios eletrônicos no processo evolutivo da mídia radical contemporânea, é na internet, segundo Downing (2004), onde se encontra uma espécie de vanguarda da mesma, capaz de potencializar o uso da comunicação para a transformação social, a qual se concretiza fundamentalmente por meio da formação de novas esferas de ação comunicativa por movimentos engendrados pelo povo.

A internet representa uma nova era para a mídia alternativa. Sendo uma infraestrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação, ela promove um período de convergência das tecnologias de mídia. Ao proporcionar a transmissão fácil de textos simples, bem como os meios de combinar e recombinar uma série de formatos de mídia e atores sociais, permite a distribuição de conhecimentos e recursos a quase todos os lugares do globo, de maneira até então inédita (DOWNING, 2004, p. 270).

As redes digitais apresentam propriedades basilares únicas, como por exemplo, a inédita capacidade imediata de responder aos acontecimentos, à medida que ocorrem, compartilhando informações e experiências em escala global, como estratégia para pressionar organizações internacionais e sensibilizar ativistas do mundo todo em torno de uma causa, a fim de coordenar ações conjuntas. Os articuladores dos movimentos têm a oportunidade de se expressarem diretamente na internet, sem mediações, e lutar pela garantia das liberdades civis e dos direitos humanos, inclusive durante momentos de repressão.

Esse alcance global dos movimentos, de acordo com Manuel Castells (2003), é simbólico porque faz frente à também global penetração dos conglomerados midiáticos e industriais, os quais exercem influência e poder sobre governos. Mesmo enraizados em seu contexto local, os movimentos contemporâneos unem-se a outros, com bandeiras de luta semelhantes e buscam articulação, mobilização e impacto em escala universal.

Outra característica é a estrutura em rede, o que rompe com a antiga noção de audiência atomizada, composta de indivíduos isolados e replica, num ambiente virtual, a conectividade interna característica dos movimentos sociais. Assim, todos os membros podem se inserir nos processos de produção colaborativa, exercendo sua autonomia comunicativa legítima e fazendo da esfera pública algo real, e não apenas a utopia de uma ágora idealizada.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p.20).

Feminismo contemporâneo e ciberfeminismo

Na conjuntura de um mundo globalizado, o feminismo se insere em meio a outros tantos movimentos de mulheres, ou formados segundo a temática de gênero, estruturados em

redes associativas e de mobilização, organizados em instituições não governamentais, associações e entidades representativas de classe. Historicamente, o que se entende atualmente como feminismo tem suas origens vinculadas às lutas por representação e participação política, como também por melhores condições de vida e trabalho.

Como afirma Maria da Glória Gohn (2014), as lutas travadas pelas mulheres a fim de se constituírem como sujeitos históricos datam de vários séculos e variam de intensidade e modos de ação, em cada período ou contexto. Contudo, foi apenas com o feminismo que elas conquistaram uma visibilidade pública. Foi também o movimento feminista quem abriu caminho para um grande corpus teórico, que tenta explicar as desigualdades de gênero e propor agendas para superar essas desigualdades.

As definições e entendimentos acerca da atuação e campo feminista podem variar, a depender das autoras e correntes teóricas. Desse modo, para fins de uma melhor apreensão, pode-se compreender o feminismo como um conjunto de ideologias, ações e movimentos sociopolíticos cujos objetivos se organizam em torno da luta por igualdade de direitos e oportunidades e equidade de gêneros; pelo empoderamento das mulheres e por sua libertação do sistema social opressor, baseado no patriarcalismo.

O feminismo, no mundo ocidental, tem sido classificado em três grandes fases, ou ondas. A primeira onda equivale ao momento de luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos, sejam políticos, como a possibilidade de votar, sejam trabalhistas e está compreendido entre o século XVIII e o início do século XX. A segunda onda corresponde às lutas feministas ocorridas entre os anos 1960 e 1980, quando se desenvolve o conceito de gênero e as lutas são ampliadas para questões relativas ao comportamento social, numa crítica ao padrão moral patriarcalista e exigindo respeito às liberdades individuais. A terceira fase feminista teve início nos anos 1990, quando certas estratégias foram repensadas e desponta uma maior luta por reconhecimento e liberdades, além de um pensamento crítico a respeito da construção midiática da imagem feminina (GOHN, 2014).

De igual modo, Céli Regina Pinto (2003) aponta que a história do feminismo no Brasil também pode ser dividida em três ondas. A primeira pode ser entendida como a luta pelos direitos políticos, principalmente ao voto, ou movimento sufragista, um movimento afinado com uma luta universal. Essa onda contou com a atuação de mulheres advindas das classes média e alta, com acesso à educação formal, inclusive em outros países e, de algum modo, vinculadas às atividades artísticas ou intelectuais da sociedade brasileira de seu tempo.

A segunda onda teria despontado durante um momento histórico-político tenso, no

Brasil: a ditadura militar. Enquanto em diversas partes do mundo se discutiam questões como liberação sexual, o sistema patriarcal e seus costumes e a igualdade de leis, no Brasil os movimentos sociais foram perseguidos e criminalizados, bem como suas lideranças presas, mortas ou exiladas. Em tal contexto, as organizações de mulheres se levantaram em resistência contra a ditadura, o que acabava também por se configurar numa luta contra a violência e hegemonia masculina.

Já num contexto democrático, aparece o que Pinto (2003) aponta como sendo uma terceira fase, ou onda – a de um feminismo difuso – a qual estaria vinculada à participação feminina no processo de redemocratização e na construção de uma cultura política, já com a possibilidade de se organizarem em movimentos sociais e partidos. Durante essa fase, ocorreram discussões das diferenças intragênero; criação e reformas institucionais, como conselhos e delegacias da mulher, além da participação na Constituinte de 1988 e maior pressão pela aprovação de leis voltadas aos direitos das mulheres e políticas públicas nas áreas de saúde, emprego, educação, entre outras.

Para Marlise Matos (2008), estaria em curso, no Brasil e na América Latina, uma quarta onda do feminismo, a qual teria por características a institucionalização das demandas das mulheres por meio do desenvolvimento, implantação e tentativas de monitoramento e controle de políticas públicas voltadas ao público feminino, com recortes raciais, sexuais e etários, além da busca pelo poder e atuação política.

Essa quarta onda se caracterizaria ainda pela criação de mecanismos e órgãos executivos de gestão para tais políticas, em todos os âmbitos governamentais. Além disso, também ocorre o fomento de novas ONGs, fóruns e redes feministas, interligadas por meio das inúmeras redes comunicativas e vinculadas à agenda do feminismo internacional, configurando um esforço sistemático de atuação. Tal perspectiva trans ou pós-nacional, a qual empreende esforços na construção da articulação entre feminismos horizontais, fortalece as frentes de mobilização presentes no hemisfério sul global.

Como apontado, essa possível quarta onda do feminismo propõe recorrer às redes comunicacionais para organizar, mobilizar e agir, de maneira horizontal, em escala transnacional, a fim de fortalecer o movimento de mulheres, pressionando Estados, denunciando e lutando contra as violências de gênero e conquistando direitos importantes.

Uma vez que as máquinas hoje já fazem parte do cotidiano e estão inseridas socialmente, transformando rotinas e, até mesmo, corpos, não se pode pensar, de fato, em mobilizações sociais contemporâneas que ignorem tal condição. Dessa inter-relação entre

mulheres e máquinas, na busca pela definição e reafirmação de identidades, surge um amplo guarda-chuva, conceitual e ativista, que pode ser denominado ciberfeminismo, o qual compreende pensamentos, manifestações, ações e reações na perspectiva de uma mobilização social com foco nas questões de gênero (BOIX, 2013).

O ciberfeminismo, por meio dos diversos níveis e tipos de relação possíveis entre as mulheres e a tecnologia da informação, critica as estruturas de gênero, presentes na cibercultura como uma espécie de reflexo, no mundo virtual, da hierarquização sociocultural existente no mundo real.

É sabido que, desde o princípio das tecnologias informacionais, as mulheres estão familiarizadas com seus usos e técnicas, realizando grande parte do trabalho que as envolve, no mercado profissional. Contudo, os acessos, interações e produções de conteúdos e sentidos advindos das mulheres, no mundo virtual, continuam sendo vistos como trabalhos de segunda categoria. O ciberfeminismo é um grito, uma ação prática, no mundo virtual, em nome do empoderamento feminino nas redes, da autoafirmação identitária e protagonismo.

Para além das construções teóricas, o fator revolucionário, subversivo, transgressor que permite aspirar a pensar novos cenários parece derivar-se intrinsecamente das possibilidades técnicas do espaço virtual e da rede. Desierarquização e criação de modelos mais democráticos com o objetivo histórico vingativo da igualdade de direitos entre homens e mulheres, elaboração de estratégias e pensamentos em rede em que desaparecem conceitos como *centro* e *linearidade* frente ao *diverso*, *descentralizado* e *horizontal*. Desconstrução de arquétipos através do uso subversivo de dispositivos digitais, protocolos, linguagens de hipertexto, códigos, assinaturas potencialmente variáveis via correio eletrônico (BOIX, 2013, p.55).

Interseccionalidade e feminismo negro

Outra característica do movimento feminista contemporâneo é a interseccionalidade, importante paradigma, cada vez mais presente na construção do conhecimento acadêmico, principalmente em meio às ciências sociais e humanas.

Historicamente, em meio às diversas estruturas sociais, são inúmeras as possibilidades, formas e intensidades de relacionamento entre poder e identidade. Esses vários entrelaçamentos e combinações, bem como suas consequentes relações de dominação e subalternidade, formam os mais distintos cenários sociais, os quais precisam ser levados em conta quando se intenta perceber a condição social, política e econômica de grupos

minoritários e diversidade identitária, bem como as formas de poder expressas por categorias distintas de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe ou camada social, além de, eventualmente as vinculadas à religiosidade, idade, ou condição de deficiência (KERNER, 2012).

Embora tais categorias possam ser descritas como fenômenos distintos, principalmente para fins de uma melhor compreensão sobre os mesmos, é preciso levar em conta que elas não ocorrem isoladamente em dado contexto social. Antes, é nos diversos entrelaçamentos entre diferentes estruturas que estão as chaves para melhor entendimento de questões complexas como, por exemplo, certas práticas de violência de gênero, acesso à educação formal ou acesso e permanência no mercado de trabalho.

Como pontua Mirla Cisne (2014), para além das questões de classe, as relações sociais de raça e de gênero são elementos indispensáveis para a compreensão da exploração do mundo do trabalho, uma vez que não se pode dissociar a força de trabalho do corpo que a porta. Assim, pode-se considerar que, se o trabalho dito feminino é desvalorizado, os postos ocupados por mulheres negras, com menor nível de escolaridade e que morem em zonas periféricas estão ainda mais sujeitos à precarização, informalidade e assédios.

Portanto, deve-se compreender que as diversas formas de injustiça social não são excludentes entre si. Antes, desenvolvem, umas com as outras, complexas relações de cruzamento, se entrelaçando. Tais relações não ocorrem apenas em uma única dimensão, ou somente entre dois fatores de risco. Para além de tal entendimento reducionista, há que se compreender que a interseccionalidade se apresenta também por meio das relações de interdependência, sendo necessário justapor semelhanças, diferenças, e os vários tipos de ligação existentes.

No que tange aos movimentos sociais contemporâneos, a interseccionalidade se apresenta por meio da ampliação da pauta de luta e no campo de ação dos mesmos, como, por exemplo, determinados grupos de ativistas de gênero cujo foco de atuação se dá junto às mulheres negras, indígenas, ou imigrantes, ou aquelas que exerçam atividades profissionais informais ou ainda que vivam em situação de risco social.

Em tempos de fragmentações identitárias, é de suma importância que os movimentos sociais levem em consideração aspectos interseccionais, a fim de encampar diversas reivindicações de seus grupos de interesse, representando categorias distintas, mas vinculadas por algum aspecto.

Referimo-nos aqui à importância dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda que incorporem a luta feminista, antirracista e anticapitalista

para a construção de um projeto societário radicalmente pautado na liberdade e na igualdade substantivas. Em outras palavras, cremos na relevância dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, ou seja, centralizados por um projeto de classe, que é o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais. Todavia, tal projeto deve, necessariamente, incorporar a luta feminista e antirracista para que possamos pensar em uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração (CISNE, 2014, p.147).

É no reconhecimento da interseccionalidade, no cruzamento de várias categorias sociais, de mais de um fator de risco, que despontam movimentos sociais atuantes nesses segmentos complexos como, por exemplo, o feminismo negro. Anthony Giddens (2012) define o feminismo negro enquanto uma linha de pensamento feminista que enfatiza as diversas desvantagens que se baseiam nas condições de gênero, raça e classe que definem ou limitam as experiências das mulheres não-brancas.

Segundo o feminismo negro, não existe uma opressão de gênero unificada, a qual seria experimentada igualmente por todas as mulheres. O que existe são níveis de intensidade diferentes, os quais podem se reordenar e recombinar, a depender do contexto e da combinação dos fatores de risco (GIDDENS, 2012).

Educação de gênero

Para além da preocupação em pressionar Estado e instituições por melhores condições de vida e trabalho, como nos movimentos sociais clássicos, há, nos novos movimentos sociais, uma preocupação em instruir, informar, fomentar debates, com intuito de despertar um senso crítico a respeito da situação negativa vigente e, por consequência, da importância da sua bandeira de luta, sensibilizando a sociedade, angariando apoio, mobilizando possíveis outros ativistas e os convidando a também participar, a tomar lugar, de alguma forma, no processo de transformação social pretendido.

Renata de Souza Dias (2007) afirma que os movimentos de resistência global se constituem como uma política midiaticizada, capaz de tematizar suas questões e lutas nas mídias radicais como uma maneira de participar das disputas de poder. A esta dimensão informativa e formadora de opinião e senso crítico, ela denomina de tematização pedagógica.

A tematização pedagógica engloba estratégias com vistas a agregar potenciais ativistas em torno dos valores defendidos e pode ocorrer em duas categorias distintas: a

estratégia de crítica, que pretende desconstruir e contestar o modelo de globalização neoliberal hegemônico, o capitalismo e as entidades ligadas a tal política para conscientizar politicamente a sociedade. A outra categoria seria a estratégia de convencimento, a qual se vale de argumentos construídos por meio da tensão entre o discurso político e o midiático, que funcionam como um chamamento à ação voltado aos ativistas (DIAS, 2007).

Nos movimentos feministas, essa dimensão pedagógica está focada em questões de gênero, no respeito pela diversidade, no reconhecimento das identidades não binárias e na conscientização acerca dos direitos individuais sobre o corpo, uma vez que os corpos estão vinculados às identidades e, ao serem significados e alterados pela cultura, contribuem para a formação das mesmas. Entretanto, de acordo com Louro (2000), pela afirmação, ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos, as práticas pedagógicas legitimam apenas algumas identidades, em especial, aquelas que estão vinculadas à cultura hegemônica.

Assim, em tempos de fluidez identitária, é preciso superar os ideais conservadores e preconceituosos e avançar numa educação libertadora sobre gênero e sexualidade, a qual pode advir não apenas da escolarização formal, mas da mídia, literatura, bem como da dimensão pedagógica presente nos conteúdos veiculados pelos movimentos sociais na internet.

Considerações finais

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou um avanço nas práticas do ciberfeminismo, seja na atuação, seja na produção de conteúdos ou no fomento de discussões acerca das questões de gênero, principalmente em redes sociais como Facebook ou Twitter, ou sites como o Youtube. Em meio às diversas frentes mobilizadoras, grupos e coletivos feministas, envolvidos em tais atividades, destacam-se portais como o Think Olga, ou o RadFem. Entretanto, em meio à vertente interseccional do feminismo negro, o destaque são as Blogueiras Negras e a ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Nesses últimos dois casos, em especial, percebe-se a preocupação em produzir e difundir conteúdos afirmativos a respeito da condição feminina, da mulher negra e da cultura afro-brasileira, incentivando, inclusive, o uso de tais materiais em salas de aula, apresentando características da tematização pedagógica essencial nos conteúdos midiáticos radicais.

Tais mensagens despontam como ferramentas estratégicas para a conscientização acerca das questões de gênero, da reafirmação e do respeito pela diversidade, fugindo da

lógica binária e preconceituosa que ainda impera na sociedade e, por consequência, na educação. Se os processos de aprendizagem são fundamentais para uma transformação social real, tais conteúdos podem ser apontados como um importante passo a caminho da mesma.

Referências

BOIX, A. M. y M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In: NATANSOHN, G. (org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

DIAS, R. S. Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. In: FERREIRA, J.; VIZER, E. (orgs.). **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac SP, 2004.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KERNER, I. Tudo é interseccional? **Novos Estudos Cebrap**, 93, p. 45-58, Julho 2012.

LOURO, G. L. Pedagogias das Sexualidades. In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**. V.16, n.2: 333-357, 2008.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo. 2003.